

Sobre a constituição do objeto de estudos em sintaxe: considerando alguns princípios de Saussure

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda¹

RESUMO: Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a constituição do objeto de estudos em Linguística e sobre a necessidade de não se perder de vista a relação entre forma e significado em análises que se proponham a explicar a estrutura da língua. As formulações de Saussure (1916) foram o ponto de partida para o desenvolvimento dessas reflexões, que tiveram como objetivo final promover uma discussão acerca da abordagem da macrossintaxe.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe; Macrossintaxe; questões saussurianas

ABSTRACT: This article presents some reflections on the constitution of the object of studies in Linguistics and the need not to lose sight of the relationship between form and meaning in analysis that propose to explain the structure of language. The formulations of Saussure (1916) were the starting point for developing these ideas, which had the ultimate goal to promote a discussion about the macro-syntax's approach.

KEY-WORDS: Syntax; Macro-syntax; Saussurean issues.

Introdução

Um estudo que tome a língua como objeto de descrição e análise, ou seja, um estudo em linguística lida naturalmente com duas questões apontadas por Ferdinand de Saussure, em seu *Curso de linguística geral* (1916). A primeira delas funda-se na importante afirmação de que em linguística, “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2003 [1916], p. 15). A outra questão diz respeito à formulação de que a língua “constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica” (2003 [1916], p. 23).

Considerando a importância dessas duas questões para uma abordagem dos fatos linguísticos, apresentamos inicialmente uma reflexão acerca delas, para discutirmos, em seguida, a perspectiva de uma macrossintaxe, tal como foi definida por Alain Berrendonner, em 1990.

1. A primeira questão de Saussure

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG – p7brasil@gmail.com.

Saussure propõe-se a delimitar o escopo da Linguística, que então reivindicava o estatuto de ciência, estabelecendo uma distinção esclarecedora em relação às matérias tratadas por outras ciências que com ela guardam estreitas relações, como a Sociologia, a Psicologia social e a Filologia. Essas outras ciências, segundo o autor, “trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista”, ao passo que a Linguística toma o seu objeto, ou melhor, constitui esse objeto a partir do olhar que lança sobre ele (SAUSSURE, 2003 [1916], p. 15). Uma sequência linguística, portanto, pode ser vista como uma sequência de sons, como a expressão de uma ideia, como uma combinação de traços morfológicos, como uma sequência cujos elementos se articulam em relação de coordenação ou regência, etc. Podemos ir além e considerar esse postulado não somente como princípio da divisão da Linguística em diversas disciplinas, mas também como princípio das diversas abordagens teóricas que se desenvolvem no interior de cada uma dessas disciplinas. Assim sendo, entenderemos a primeira questão de Saussure em duas dimensões: em sentido amplo e em sentido restrito (LACERDA, 2010, p. 489).

Uma perspectiva mais ampla permite-nos vislumbrar a constituição histórica do conhecimento sobre a língua considerando as disciplinas que, por diferentes ângulos, recortam como fatos linguísticos aqueles que são relevantes para si, conforme o seu raio de atuação (RAJAGOPALAN, 1990, p. 88). Ao pensarmos em uma constituição histórica da sintaxe, por exemplo, estamos remetendo a uma concepção de conhecimento explicitada por Aurox (1992, p. 14):

Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto. Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos [...].

Por sua condição de disciplina histórica, podemos afirmar que a sintaxe não toma o seu objeto de estudo em estado bruto, “como um objeto encontrado naturalmente na língua”, tal como queriam os naturalistas do século XIX, que tiveram “uma importância fundamental na construção das formas da cientificidade, na observação e classificação de dados, sobretudo na atividade de pesquisa de campo no domínio da linguagem” (ORLANDI, 1996, p. 43). Antes, aplicando o postulado de Saussure em sentido amplo, diríamos que a sintaxe configura-se segundo uma anterioridade de estudos sintáticos, um “horizonte de retrospecção”, que a perpassa e à qual ela se filia para ganhar identidade, bem como perfaz

um “horizonte de prospecção” (AUROUX, 1992, p. 10). É precisamente a filiação a essa anterioridade que permite aos trabalhos produzidos estarem reunidos, a despeito das divergências de concepção teórica, sob o signo de uma mesma disciplina linguística.

Há, portanto, uma demanda de pertinência que norteia o saber linguístico e o conduz a uma relação com as disciplinas já estabelecidas. Ao vislumbrarmos um ponto de convergência necessário à relativa estabilidade que nos permite inserir certos trabalhos dentro do escopo da sintaxe, nos ancoramos, mais uma vez, em uma reflexão desenvolvida por Auroux (1992). “A riqueza do historicismo”, segundo esse autor, “não deve [...] conduzir ao mito da incompatibilidade de conhecimentos fechados em paradigmas específicos. Os fenômenos são o que são e as estratégias cognitivas, por múltiplas e diferentes que sejam, não variam ao infinito” (AUROUX, 1992, p. 14).

Desse modo, podemos dizer que a sintaxe é também um fator de estabilidade necessária à ciência linguística, pois circunscreve pertinências ao conhecimento linguístico, assim como as outras disciplinas, justamente em função da historicidade que lhe confere um campo de retrospectão e um campo de projeção. Essa circunscrição mostra-se com mais evidência ao considerarmos a unidade de análise dos estudos sintáticos. Parece-nos coerente pensar que é na unidade de análise, elemento em torno do qual se constrói o objeto de estudos de uma disciplina, que reside o ponto de encontro das diversas vertentes que se julgam unidas por uma mesma disciplina. Nesse sentido, um estudo em sintaxe não poderia ignorar a sentença como unidade de análise, nem as relações estruturais como objeto de estudos, assim como a semântica não se desvincula da proposição e das relações de sentido. Chegamos, por fim, ao sentido restrito do postulado de Saussure.

Se uma perspectiva ampla desse postulado permite-nos considerar a constituição histórica das disciplinas que compõem a ciência linguística, vislumbrar esse mesmo postulado em uma perspectiva restrita nos conduz às distintas configurações que trabalhos diversos dentro de uma mesma disciplina constroem. É essa acepção restrita que está por traz dos diferentes conceitos para um mesmo fato linguístico. Tomando novamente como exemplo a sintaxe, podemos observar diferentes conceituações para a “sentença/oração”.

Segundo Ribeiro (1885 [1881]), “*sentença* é a coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito”, ao passo que Said Ali (1965 [1927]) define a oração como “a combinação de palavras (e às vezes uma só palavra) com que nos dirigimos a alguém [...]” e Perini (1995), por sua vez, diz que a “**oração** é uma frase que apresenta

determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um **predicado** e frequentemente um **sujeito**". Devemos admitir que, se não fosse a coincidência do nome 'sentença' ou 'oração' como objeto dessas definições e se não fosse ainda o nosso conhecimento prévio ou a história da gramática que cristalizou a sentença/oração como um fato sintático pertinente, seria relativamente difícil compreender que as definições retomadas aqui se referem a um mesmo objeto. E, de fato, cotejando essas três definições, temos uma ilustração do postulado de que "é o ponto de vista que cria o objeto" em sentido restrito. O recorte teórico empreendido por cada um dos gramáticos citados confere à definição de sentença/oração, respectivamente, um enfoque como unidade de sentido independente, como uma unidade de interlocução ou, ainda, como estrutura de predicação.

2. A segunda questão de Saussure

A questão de que tratamos nesta seção tem a sua raiz na definição de signo, a unidade linguística por excelência. De acordo com Saussure (2003 [1916], p. 81), "chamamos *signo* a combinação do conceito e da imagem acústica", entendendo o *conceito* como significado ou ideia e a *imagem acústica* não como o som material (físico), mas como "a impressão [...] psíquica desse som" (SAUSSURE, 2003 [1916], p. 80), a representação do som produzida mentalmente por nossos sentidos.

Dissemos que o signo é a unidade linguística por excelência porque Saussure define a língua como um "sistema de signos" (p.23) e concede a ela "o primeiro lugar entre os fatos da linguagem" (p.17). A língua recebe então o estatuto de objeto de estudo da Linguística, ou seja, ela é eleita como o recorte que cabe à Linguística descrever, delimitado dentro da heterogeneidade que caracteriza os fatos de linguagem. É nesse cenário que o signo ganha centralidade e, a rigor, isso colocaria a nós o imperativo de não perder de vista a sua constituição. Perini (2008, p. 21) argumenta em favor desse imperativo dizendo que seria preciso levar a extremos metodológicos o princípio de que "o estudo da estrutura de uma língua tem como objetivo explicitar o relacionamento realizado pelo falante entre certos estímulos sensoriais (fonéticos, gráficos...), que podemos chamar de 'formas', e um sistema de conceitos".

Essa postura metodológica fica evidente na explicação que Perini já apresentava em sua gramática de 1995, e reafirmou em sua gramática mais recente, de 2010, acerca do

fenômeno que a tradição gramatical chama de “sujeito oculto” ou “sujeito desinencial”. Segundo Perini (2010, p. 77) “o sujeito é um sintagma nominal [SN] que tem uma relação especial com o sufixo de pessoa-número do verbo”, sendo preciso esclarecer que nem o sufixo de pessoa-número nem o papel temático expresso pelo sujeito podem ser entendidos como sujeito, que deve ser, de fato, um SN presente na oração. Seguindo essa definição, uma sentença como “Peguei o lápis no chão” não teria sujeito, já que o pronome “Eu”, que assumiria a concordância com a desinência de número-pessoa e o papel temático expresso por essa desinência, não está presente na sentença em questão.

Perini (2010) aplica rigorosamente, portanto, o princípio de que um estudo da estrutura da língua deve levar em conta a relação entre conceito e imagem acústica, relação essa constitutiva da língua. Assim, para esse autor, a atribuição das funções sintáticas, como sujeito, não pode prescindir de uma materialidade constituída pela relação entre uma matriz fonética ou gráfica, i.e., uma imagem acústica, e um significado.

Diante dessa questão, deparamo-nos com as seguintes perguntas: como justificar uma abordagem sintática que lide com o silêncio significativo? Como fundamentar uma sintaxe que considere os implícitos, sem perder de vista a importância do princípio metodológico adotado por Perini (2008)?

3. Para uma macrossintaxe (BERRENDONNER, 1990)

Em linhas gerais, a perspectiva da macrossintaxe, apresentada por Berrendonner (1990), trabalha com a proposta de explorar no plano da sintaxe repercussões de hipóteses de origem pragmática. Nesse investimento, foi trazida para o âmbito da sentença a consideração de que toda interação verbal coloca em jogo uma memória discursiva, um conhecimento compartilhado. Dessa forma, a sentença (doravante C, do francês *clause*) passa a ser compreendida como imersa em uma função comunicativa, entendendo por função comunicativa a dinâmica de operar uma transformação qualquer na memória discursiva (doravante M).

Duas sentenças adjacentes, empregadas no mesmo discurso, guardariam uma relação intermediada por um sentido implícito. Assim, se uma sentença C1 evoca uma memória M_i , uma sentença C2, que estaria adjacente à C1, evoca uma memória M_{i+1} , ou seja, uma memória que guarda relações com a memória atualizada por C1, mas que produz deslocamentos. Como

resultado dessa articulação sintática, produz-se uma reconfiguração na memória discursiva, gerando M₂, que se coloca em estado de latência na memória para ser confrontada em enunciações futuras, Cn. Em outras palavras, se cada sentença lida com uma memória de informações preestabelecida sobre a qual pode se fundar, garantindo, por um lado, a satisfação de uma demanda de pertinência discursiva; por outro lado, a sentença opera sobre essa memória, estabelecendo-se, assim, uma relação que poderíamos chamar de causa-efeito.

A fim de entendermos melhor o mecanismo de análise por uma macrossintaxe, vejamos o exemplo a seguir, em que temos o título e o lide de uma reportagem sobre a violência contra a mulher:

Em briga de marido e mulher, se mete a colher...

A violência de gênero atinge mulheres brasileiras de Norte a Sul do país, de todas as classes sociais, etnias, credos, raças e opção sexual. Seja por culpa do sistema patriarcal, seja pela falta de debate sobre o tema, o fato é que uma mulher é espancada a cada 15 segundos e dez são assassinadas diariamente no Brasil.

(Fonte: <http://www.recid.org.br/component/k2/item/104-violencia-genero-mulheres-diplo.html>, acessado em 30 de agosto de 2010.)

Podemos dizer que a sentença que dá título à reportagem opera claramente sobre a memória da sentença negativa “Em briga de marido e mulher, **não** se mete a colher”. A sentença positiva produz um deslocamento na memória de dizeres preestabelecida, reconfigurando, assim, uma memória latente em que poderão se fundar dizeres sobre uma atitude efetiva diante das contendas entre homem e mulher. Essa reconfiguração da memória ganha pertinência quando a sentença título se articula aos dizeres do lide, construindo, o texto como um todo, um dizer de protesto que estimula uma atitude efetiva diante da violência contra a mulher.

Devemos notar que esse sentido de protesto é construído no domínio do implícito, é desenvolvido fora da linearidade das sentenças, pois não há articulador algum que relacione a sentença do título às sentenças do lide, embora nós possamos, ainda assim, apreender a informação de que “em briga de marido e mulher, devemos interferir sim, porque, diante da gravidade dos fatos, diante da alta incidência da violência de gênero... uma atitude é necessária”. Trata-se de uma relação estabelecida por apontamento (*pointage*) (BERRENDONNER, 1990, p. 29). Se a circunstância “Em briga de marido e mulher” liga-se, com a proposta de ação materializada pela sequência “se mete a colher” na própria linearidade da sentença, tal circunstância apenas se relaciona com as sequências do lide que trazem os

dados de violência, produzindo correferência, por um mecanismo de apontamento. Dessa maneira, temos que as sequências “A violência de gênero atinge mulheres brasileiras de Norte a Sul do país, de todas as classes sociais, etnias, credos, raças e opção sexual” e “o fato é que uma mulher é espancada a cada 15 segundos e dez são assassinadas diariamente no Brasil”, sendo alçadas pela expressão “Em briga de marido e mulher”, se articulam implicitamente também à sequência “se mete a colher”, que é a materialidade do dizer que propõe uma reação diante dos fatos.

Diante dessa proposta, é importante retomar os questionamentos que fizemos ao final da seção anterior: como justificar uma abordagem sintática que lide com o silêncio significativo? Como fundamentar uma sintaxe que considere os implícitos?

Em poucas palavras, poderíamos justificar uma macrossintaxe dizendo simplesmente que tal abordagem considera a memória como constitutiva do fato gramatical, ancorando-se na ideia de que a divergência de perspectiva em relação à proposta de Perini (2008) é derivada da questão discutida anteriormente do olhar ser constitutivo do objeto. Porém, uma resposta como essa não justifica uma proposta de análise, antes, contorna os questionamentos, caindo em circularidade.

Precisamos efetivamente pontuar que o implícito está enraizado na materialidade, ele exige a organicidade da sentença para se alçar. Sem essa materialidade não haveria ancoragem sobre a memória e nem deslocamento de memória. A memória é resgatada pela linearidade sintática e se projeta como latência na linearidade sintática. Ou seja, sem a materialidade da língua, não haveria expressão de memória, teríamos o impossível: significado sem relação com imagem acústica. Tampouco podemos nos abster da memória, pois estaríamos fadados a outro impossível: imagem acústica sem relação com significado.

Finalizando esta discussão, vejamos as sentenças em (a) e (b), logo a seguir, para tentarmos compreender melhor a questão de que o implícito está enraizado na materialidade:

(a) Voltaram ao hotel o turista e a polícia.

(b) Voltou ao hotel o turista e a polícia.

As sentenças em (a) e (b) tem o mesmo significado e são apresentadas na gramática de Sarmiento (2005, p. 511) como exemplos de casos especiais de concordância com sujeito composto. Tanto a concordância com o SN plural, em função de sujeito, quanto a concordância com o núcleo mais próximo do SN são casos produtivos na língua portuguesa.

O que podemos supor em relação a essas sentenças é que há uma diferença de enfoque. Enquanto a primeira sentença focalizaria a constituição do sujeito em partes distintas, a segunda focalizaria a unidade do todo ou, como quer a explicação de Sarmento (2005), focalizaria o elemento mais próximo do verbo. Considerando verdadeira a hipótese de que há um enfoque diferenciado entre as sentenças em (a) e (b), podemos ilustrar a questão de que o significado implícito, o enfoque, no caso desses exemplos, ancora-se na materialidade sintática, na concordância.

Considerações finais

Neste artigo, pretendemos fazer uma breve reflexão a respeito de questões que percorrem a consideração do objeto de estudo em Linguística desde Saussure e que julgamos ser centrais para um desenvolvimento coerente das ideias linguísticas. Estabelecer um confronto entre tais questões e os preceitos de uma macrossintaxe parece-nos um esforço legítimo na tentativa de explicar que essa perspectiva está tão imersa na estrutura da língua quanto as perspectivas mais formais.

Esperamos ter contribuído não só para o desenvolvimento de uma reflexão sobre alguns pontos que estão na base do pensamento linguístico pós-saussuriano, mas também para suscitar novos questionamentos de base.

Referências

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1992.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006. [1961]

BERRENDONNER, Alain. Pour une macro-syntaxe. In: Travaux de linguistique, Paris, n. 21, p. 25-36, 1990.

LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. Notas sobre a constituição do saber sintático em gramáticas brasileiras. In: Revista Estudos Linguísticos (São Paulo), v. 39, p. 488-497, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação – Autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PERINI, Mário Alberto. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Editora Parábola, 2010.

_____. Estudos de gramática descritiva. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

_____. Gramática descritiva da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Evidências e argumentos: reflexões sobre a construção de teorias linguísticas. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 40, São Paulo, 1990. Boletim da Abralín. v.10. São Paulo, 1990. p. 79-85.

RIBEIRO, Júlio . Grammatica portugueza. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmãos, 1885. [1881]

SAID ALI, Manuel. Gramática secundária da língua portuguesa. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965. [1927]

SARMENTO, Leila Lauar. Gramática em textos. 2. ed. ver. São Paulo: Moderna, 2005.

SAUSURRE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2003.

Aceito para publicação em 15 de novembro de 2010.